

---

## A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA COPA DE 50

**Sérgio Montero Souto**

(UFF)

O objetivo deste trabalho é transformá-lo em parte de um capítulo da minha dissertação Futebol: idolatria ou tragédia? – Um estudo de caso sobre o drama de Barbosa, o goleiro da Copa de 50. A dissertação se propõe a analisar a fama no mundo moderno, permeado pela comunicação de massa, a partir de um ponto de vista aparentemente antagônico a ela: o destino trágico de muitos dos nossos grandes ídolos do futebol. E investigar se a tragédia é um corolário intrínseco da fama no mundo do futebol.

Nesta monografia, no entanto, pretendo me ater ao papel da memória na construção da imagem dos ídolos e dos feitos que os envolvem a partir do estudo de caso de Barbosa.

Goleiro da seleção brasileira de 1950, Moacyr Barbosa foi, até morrer ano passado, colocado no banco dos réus durante cinco décadas, acusado de provocar um dos maiores traumas coletivos vividos pelo país: a perda da primeira - e única - Copa do Mundo sediada pelo Brasil.

Titular 42 vezes da seleção nacional e jogador durante 20 anos do Vasco da Gama (*Jornal do Brasil*, 11/6/97), Barbosa integrou o "Expresso da Vitória", num dos períodos de maior glamour do primeiro clube brasileiro a admitir negros em suas equipes (Filho, 1964). Conheceu momentos de glória e acumulou conquistas importantes, como a de campeão carioca cinco vezes em oito anos – 1945, 1947, 1949, 1950 e 1952 – e o primeiro título sul-americano obtido por uma equipe brasileira, em 1948. Ao mesmo tempo, como poucos, viveu a tragédia em sua face mais visível, ao ser apontado como principal culpado pela perda da Copa de 1950 para o Uruguai, em pleno Maracanã, estádio especialmente construído para servir de cenário para a primeira vitória do país em mundiais, apresentada à época como etapa importante na consolidação da identidade nacional.

Barbosa, por sua trajetória e singularidade, sintetiza aspectos fundamentais desse universo, da tensão entre identidade pública e privada e da aparente contradição entre glamour e tragédia. O estudo do seu caso permite-nos reconstituir e analisar a trajetória da fama numa profissão de fundamentos tão antagônicos.

Este estudo poderia tratar do mesmo assunto a partir de outros exemplos, como, por exemplo, a perda da Copa da França, em 1998, quando a seleção brasileira, pela segunda vez, se viu derrotada numa final de mundial. O personagem de partida nesse caso seria Ronaldinho, cujo drama vivido poucas horas antes do jogo mais de dois anos depois continua a suscitar explicações variadas e a mobilizar as atenções até dos integrantes da CPI da Nike no Congresso Nacional. Essa opção teria ainda seu favor o fato de ser mais midiática e ter ampla documentação, inclusive, televisiva. Se poderia ainda argumentar que estaria mais de acordo com a instantaneidade trazida à fama pela convergência entre mídia, telecomunicações e informática.

A opção por Barbosa e a Copa de 50 se dá, no entanto, entre outros motivos, exatamente pela escassez de imagens, o que tornou a reconstituição da tragédia de 50 um projeto de elaboração coletiva com particularidades espantosas. No seu “Anatomia de uma derrota”, Paulo Perdigão revela seu espanto ao notar que vários de seus entrevistados, embora, não fossem nascidos em 1950 ou fossem extremamente novos à época, ao reproduzirem o cenário da derrota naquele 16 de julho, se remetiam ao cenário reconstituído pelas testemunhas oculares da partida (Perdigão, 2000).

Além disso, nem os mais ferrenhos críticos de Barbosa e seus companheiros de 50 ousaram insinuar que eles teria “entregado” a partida para os uruguaios, ao contrário do que aconteceu em relação a Ronaldinho e os demais participantes da Copa de 98, quando insistentes versões circularam, inicialmente pela Internet, e a seguir sendo acolhidas pelos demais meios de comunicação, de que a Nike, patrocinadora do time brasileiro, teria determinado a perda da final em acordo com a Adidas, patrocinadora da seleção francesa.

Como se sabe, o que dá vida a um boato, é o investimento afetivo posto nele pelos que o fazem circular. Assim, independentemente do grau de veracidade dessas versões, a explicação para a sua circulação deve ser buscada na tensão entre sagrado e profano que marca o mundo do futebol.

Enquanto à época de Barbosa, o sagrado era claramente hegemônico, apesar do profissionalismo implantado oficialmente 17 anos antes, na era Ronaldinho ele se encontra tão borrado pelo profano e pelos seus fundamentos – negócios milionários, distanciamento maior entre jogador e clube, aumento das barreiras ao contato direto entre fã e ídolo, entre outros pontos que marcam o futebol de resultados – que a circulação de boatos dando conta de negócios paralelos ao “futebol de negócios” se acha naturalizada.

Além disso, é fundamental destacar que, pouco mais de 50 anos depois e quatro copas conquistadas pelo Brasil, Barbosa já septuagenário continuou sendo representado na mídia, até o fim dos seus dias, como símbolo de fracasso e complexo de inferioridade nacional, condição renovada a cada véspera de jogo importante com o Uruguai. (1 Nota: Vide, em particular, jornais da véspera da partida da Copa de 1970 e do jogo que decidiu a classificação do Brasil para a Copa de 1994). O capítulo mais simbólico dessa representação se deu quando o então treinador do Brasil para a Copa de 1994, Carlos Alberto Parreira, e seu então auxiliar, Mário Jorge Lobo Zagallo, pediram ao ex-goleiro que se retirasse do campo de treinamento, para evitar o que Zagallo definiu como "mau agouro" (*O Globo*, 17/9/93).

Para desenvolver esta monografia, recorri ao livro de Paulo Perdigão “Anatomia de uma derrota”, no qual, em exaustiva pesquisa sobre os fatos de época, fruto de depoimentos dos atores sociais envolvidos diretamente na partida e personagens paralelos, o autor busca reconstituir a memória dos acontecimentos a partir do vista da tragédia nacional desencadeada pela derrota imprevista. Também recorri a jornais da época e ao capítulo “Barbosa” do meu livro “Os três tempos do jogo – anonimato, fama e ostracismo no futebol brasileiro”; materiais nos quais é possível perceber o papel da imprensa na construção, interpretação e reelaboração da memória da Copa de 50 e de Barbosa, seu personagem mais emblemático. Esse trabalho de reconstrução foi cruzado com os textos estudados ao longo do curso, aos quais acrescentei alguns mais que me pareceram úteis para o desenvolvimento deste trabalho.

Poucas vezes se falou tanto em memória como nos últimos dez anos. Essa revisita ao tema se deu de formas variadas, da valorização do biográfico, passando pela rediscussão do papel da mídia como produtor de memória ao novo enfoque dado pelos intelectuais ao assunto. Neste último campo, um dos trabalhos de fôlego coube a Pierra Nora, que, ao conceituar de forma bastante ampla “os lugares de memória” (1984) criou uma noção polêmica sobre tema. Nesta obra, ele salienta o efeito da multiplicação e a influência dos meios de comunicação na constituição da memória. Segundo ele, o mundo se tornou palpável e os homens passaram a ser idênticos. Assistir-se-ia assim a um fenômeno de aceleração, onde o presente é volátil e há uma “unificação” do que se passa no mundo. A consequência imediata seria a perda da própria identidade do homem em nome de uma pretensa igualdade. Para que sejam recriadas sua identidade, sua nacionalidade e sua particularidade, criam-se em profusão “santuários de memória”.

A sociedade atual, continua Nora, valoriza o futuro, desacralizando-se e, como corolário, cria a ilusão de preservar o passado, multiplicando os “lugares de memória”, signos de reconhecimento e de pertencimento de um grupo a uma sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Esses lugares de memória – com características material, funcional e simbólica – seriam os arquivos, bibliotecas, monumentos, aniversários, comemorações e datas nacionais. Se no mundo moderno não existe mais uma memória espontânea, seria preciso registrar, à exaustão, a própria vida presente e relembrar o passado a cada instante. Nora, no entanto, ressalta que, mesmo um lugar de aparência puramente material, como os arquivos, só se transforma em lugar de memória se investido de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um livro escolar ou um testamento, só entra nessa categoria se for objeto de um ritual. “O minuto de silêncio, que parece ser o exemplo extremo de uma significação simbólica, como a divisão material de uma unidade temporal, serve, periodicamente, para recordar de maneira concentrada uma lembrança”, compara.

Como toda operação seletiva, é necessário considerar, ao focar a questão da memória, a dialética lembrança e esquecimento. Só é possível lembrar, porque é permitido esquecer. Essa dialética (lembrança e esquecimento) é justamente um dos pilares da obra de Freud. Sem negar as teses da psicologia empirista do século XIX sobre a função reprodutora da memória, em sua teoria dos traços mnêmicos, Freud altera o estatuto desse registro, que seria mera cópia, uma vez que se recuperam sempre traços e não o todo. E o mais importante, a memória se realiza no sistema inconsciente incluindo sempre e necessariamente o esquecimento ligado ao processo de recalçamento. Seria o recalçamento o mecanismo suposto para dar conta do processo da lembrança ou do esquecimento. Para Freud muitos dos processos da memória, assim como os da percepção, ocorrem inconscientemente. Assim não apenas esquecer é um ato defensivo, o lembrar também pode sê-lo.

A psicanálise freudiana recupera as funções atribuídas à deusa Mnemosine: registrar, evocar e esquecer, bem como as distinções entre os lugares da memória e as imagens e os traços que permitirão a ocorrência da lembrança. À medida que Freud evolui na construção de sua obra, fica ainda mais clara a tese de que, além de as imagens terem uma organização especial – obedecendo a direções diferentes conforme o estado de vigília ou de sonho (“A Interpretação dos Sonhos”) – a memória teria basicamente outra função: a de criar e recriar o “real”. Memória, em Freud, seria,

pois, revelação (e não registro) de algo de real vivido e representado psiquicamente e ao mesmo tempo é, também, encobrimento.

Para a psicanálise a memória se faz no momento em que emerge na consciência. Assim ela jamais está concluída e freqüentemente faz-se como forma de defesa contra vivenciar uma experiência afetiva nova. Assim, não haveria lembrança do passado real a ser buscado, nem do indivíduo, nem do social, mas apenas lembrança do passado fantasmático, criado pelo grupo e pelo pesquisador. O passado, nesse sentido seria sempre social e presente. Dessa forma, temos memória como uma questão sempre do presente e ligada ao social e não ao individual. Difícil seria conceber o indivíduo fora do seu lugar social dentro de uma realidade concreta e num dado contexto conformador, embora suas relações com ele não sejam apenas verticais, podendo ser estabelecidas também horizontalmente.

Essa fixação do presente pode se dar através de imagens. Ao registrar as emoções, o filme se transforma no melhor suporte de captação de lembranças, dos objetos de memória confeccionados no presente. Nas lembranças mais próximas, nas quais guardamos recordações pessoais, os pontos de referência não dizem respeito à data dos acontecimentos, mas aos sons, aos cheiros, às cores. Isso ficou nítido, entre outras ocasiões, quando das buscas dos ex-moradores do Palace I nos escombros do prédio que viera abaixo. Nelas, as perdas mais lamentadas não eram as dos objetos materialmente mais valiosos, mas sim aquelas nas quais o investimento afetivo era mais subjetivo e - talvez por isso - mais poderoso, como fotografias de famílias, livros e até constrangedoras – se expostas a terceiros – revistas masculinas.

Se a imagem guarda essa relação sobre a fixação da lembrança, a escrita, por outro lado, confere à memória caráter oficial, uniformizador e, ao mesmo tempo, doutrinador. A memória coletiva organizada resume a idéia que a sociedade majoritária ou o Estado deseja passar a impor. Ao silêncio ou à memória silenciada e esquecida, contrapõe-se, portanto, uma memória publicada, oficializada. Estudar os mecanismos de oficialização da memória é, sobretudo, analisar a sua função e perceber como se deu essa organização coletiva dos acontecimentos e das interpretações que se quer preservar.

Atentando, uma vez mais, para o caráter de atualidade na elaboração da memória e, ao mesmo tempo, a característica dos textos impressos de reterem vestígios, valorizando o excepcional, os meios de comunicariam teriam uma especificidade ímpar quando se quer analisar

como se dá, no presente, a construção dessa memória. O relato retira algo, no presente, do esquecimento para a memória.

Ao construir uma representação extremamente peculiar da Copa de 50, os jornais e os jornalistas dos principais jornais, principalmente, do Rio de Janeiro, então capital do país e sede principal do mundial, elaboraram uma idealização própria daquele momento e do papel que eles próprios deveriam desempenhar naquele contexto. É importante salientar que, se essa elaboração tinha simbolismos próprios e também se encontrava encharcada pela ação dos demais atores sociais.

É importante recordar que, embora o país vivesse sob o monetarismo antidesenvolvimentista do Governo Eurico Dutra, os ecos da Era Vargas seguiam conformando fortemente a sociedade brasileira e seus marcos fundadores – que seriam retomados e aprofundados no segundo Governo Getúlio Vargas – se encontravam então, no essencial, intactos. Conceitos que, 40 anos depois se veriam borrados ou postos até em questão, como a necessidade de um projeto nacional, eram fortemente hegemônicos.

A própria construção do Maracanã levada a cabo no tempo recorde de dois anos era expressão da visibilidade e da permanência desse projeto. Não por acaso, coube às forças mais abertamente anti-getulistas, como o lacerdismo, se oporem à construção do estádio.

Encarada inicialmente com ceticismo pela imprensa e pela torcida, a seleção brasileira, aos poucos empolgou o país. Dirigido por Flávio Costa, também treinador do Vasco da Gama, um dos mais fortes times da época e que teve oito de seus atletas convocados para a seleção, o time brasileiro conquistou a confiança do país, com uma campanha constituída por vitórias apoteóticas, como o 7 a 1 sobre a Suécia – maior goleada da seleção brasileira em mundiais – e o 6 a 1 sobre a Espanha – com a torcida cantando “Touradas de Madri” e garantindo ao seu autor, Braguinha, a maior consagração pública de sua carreira. Mais do que conquistar o torcedor, tal campanha elevou as expectativas da torcida sobre a conquista do título inédito a uma convicção absoluta.

O estilo competitivo de nossa sociedade, no entanto, produz contradições curiosas. O segundo colocado não é o segundo melhor entre vários competidores, mas sim o símbolo mais expressivo da derrota, como se tivesse sido o último colocado (Souto, 2000). Essa não é a única contradição na vida de Barbosa. Embora tenha jogado papel central na construção que vinculou a imagem do

goleiro a sinônimo de derrota, parte da mídia, em claro descompasso com a população, à época deu tratamento distanciado à Copa de 1950 em vários momentos da competição.

No dia da final com o Uruguai, o *Correio da Manhã*, principal jornal do país, não dedicou uma única linha de sua primeira página ao jogo – cuja cobertura foi confinada a seu caderno de esportes. A manchete do jornal era dedicada ao apoio de um grupo de professores secundários ao candidato da UDN à presidência da República, brigadeiro Eduardo Gomes. O mesmo comportamento e as mesmas preferências se repetiram durante todo o mundial.

No *Jornal do Brasil*, a manchete daquele 16 de julho referia-se à participação dos Estados Unidos na Guerra da Coréia, que eclodira no início da competição: “As forças norte-americanas retrocederam suas linhas sobre o rio Kun”. Sobre a histórica final, nenhuma linha na primeira página, recheada pelos famosos classificados que valeram ao diário o apelido de “jornal das cozinheiras” (Souto, 2000). Aliás, o *JB* da época sequer tinha um lugar fixo para o caderno de esportes, que, naquele mundial, se espalhou pelas páginas 9, 10 e 11, quase sempre disputando, e em condições desfavoráveis, espaço com o turfe.

O descompasso entre público da parte da imprensa era tal que, uma semana antes da final com o Uruguai, o *CM* desancou, em seu caderno literário de 9 de julho, intelectuais, como José Lins do Rego, Ledo Ivo, Ciro dos Anjos, Antônio Olinto, Murilo Mendes e Maria da Saudade, por terem se deixado contagiar “pelo vírus do falatório do momento, o futebol”.

Foi a campanha da seleção, que, com exibições empolgantes, arrastou multidões ao Maracanã, a responsável pela quebra da frieza dos jornais mais elitizados. Para garantir sua presença na final com o Uruguai, o Brasil venceu quatro dos cinco jogos que disputou, marcou 21 gols e sofreu apenas quatro. Uma campanha quase irrepreensível, que culminou, antes da partida final, com a goleada de 6 a 1 sobre a Espanha, considerada uma das seleções favoritas ao título. Já o Uruguai, que disputou duas partidas a menos, devido à recusa da Argentina e de seleções européias a participarem do campeonato, tivera campanha mais modesta. Dos três jogos antes da última partida com o Brasil, a celeste uruguaia vencera dois e empatara um – em 2 a 2 justamente contra a mesma Espanha massacrada pelo Brasil – tendo marcado 13 gols e sofrido quatro.

Diante dos números e da técnica exibida pelos craques brasileiros, finalmente, no dia do jogo decisivo, os jornais se renderam ao fato de que “toda a energia brasileira, toda a vibração do nosso povo, todo o nosso ardor patriótico se deslocou para o estádio ou se contém aos pulos em frente aos aparelhos de rádio...acompanhando a disputa sensacional” (*JB*, 16/7/1950).

Quando o Brasil, naquele 16 de julho de 1950, entrou no Maracanã – construído especialmente para servir de palco para a primeira vitória nacional em mundiais – Barbosa pisou o gramado como um dos candidatos a um lugar eterno no Olimpo dos deuses do futebol. Aos dois minutos do segundo tempo, quando Friaça marcou o primeiro gol da partida, para o Brasil, não havia um único brasileiro, entre os cerca de 200 mil – 10% da população de então do Rio de Janeiro (Perdigão, 2000) – que se espremiavam no estádio, capaz de duvidar que a confirmação da conquista era questão de minutos.

A certeza era ainda maior, porque, pela primeira e única vez, o mundial não tinha uma final formalmente definida. Os quatro times que se classificaram na primeira fase – Brasil, Espanha, Suécia e Uruguai – se enfrentaram, jogando três jogos cada um, cabendo à seleção de melhor campanha nesse quadrangular o título de campeão. Por ter vencido os dois jogos anteriores, contra uma vitória e um empate do adversário, o Brasil, além de jogar em casa, garantira – num fato inédito em finais de copas do mundo – a vantagem do empate. No entanto, se o primeiro gol uruguaio, de Shiaffino, aos 21 minutos, fez a multidão tremer, o segundo, marcado por Ghiggia, a apenas 11 minutos do fim do jogo teve o poder de produzir o mais perturbador silêncio da história do futebol brasileiro.

Ao priorizarem um conteúdo que valoriza o excepcional, o extraordinário, o ineditismo, veiculado sempre como imparcialidade e verdade, os jornais constroem uma memória da sociedade sob uma ótica singular. As campanhas que realizam com finalidades específicas se contrapõem ao silêncio ideológico de determinados temas. Entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários constituem-se como um dos senhores da memória da sociedade, aumentando seu campo de atuação e, sobretudo, o seu poder.

É preciso considerar ainda que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento.

Ainda que tenham e desenvolvam seus próprios interesses, os jornais, no entanto, sempre é bom recordar, não agem em completa dissonância com seu contexto social. Atuar assim – ainda que muitas vezes seja necessário camuflar ou nuançar posições – seria pôr em risco a própria

sobrevivência. O contexto do 16 de julho era, não apenas de vitória – esta era quase um dogma – mas de vitória avassaladora.

Esse paradigma impregnara até os adversários. Pouco antes de o Uruguai entrar em campo, o próprio treinador da celeste, Juan López naturalizava a derrota: “Tudo faremos para não estragar a festa e não levarmos uma goleada.” (Perdigão, 2000). A afirmação de López não era manifestação isolada nem ato covarde, no sentido social deste termo. Era uma reafirmação do que os adversários do Brasil, em geral, tinham como senso comum, como confessaria o zagueiro direito da Espanha Gabriel Alonso: “Sabíamos antes de entrar em campo que íamos enfrentar homens divinos que haviam erguido aquele monumento ao futebol” (Perdigão, 2000).

Essa não era uma construção individual de López ou Alonso. Minutos antes do início da partida, o prefeito do então Distrito Federal, Ângelo Mendes de Moraes, sintetizou toda a elaboração social que marcara e marcaria para sempre aquele jogo. Em discurso no centro do gramado, exigiu a conquista do título como contributo e coroamento da construção do Maracanã:

*<c10>Vós, brasileiros, a quem considero os vencedores do Campeonato Mundial! Vós, jogadores, que a menos de poucas horas sereis aclamados campeões por milhões de compatriotas! Vós, que não possuis rivais em todo o hemisfério! Vós, que superais qualquer outro competidor! Vós, que eu já saúdo como vencedores!...Cumprí minha promessa construindo este estádio. Agora, façam o seu dever, ganhando a Copa do Mundo” Jogadores do Uruguai: o desporte no Brasil os saúda com o coração aberto! Jogadores do Brasil: 52 milhões de brasileiros esperam pelo título mundial! Não frustrem essa esperança! (Perdigão, 2000).*

O discurso não era mera peça isolada e seria descontextualizá-lo resumi-lo a mera peça demagógica, como procuraria desqualificá-lo, em sua primeira edição seguinte ao jogo, o *Correio da Manhã* (Souto, 2000). Na verdade, era apenas o ápice e a representação mais dramática, na particular síntese dos políticos, do sentimento que tomara conta da nação. E sua tradução mais poderosa para muitos definiria a sorte da partida: os uruguaios poderiam perder o jogo, ainda que lutando para não fazê-lo com desonra; os brasileiros, não. A eles, só restava um caminho: a vitória. E, mais do que vencer, deveria ser assegurada uma conquista acachapante, inquestionável

e em sintonia – e ao mesmo tempo alavancadora – com uma nação em busca de um projeto de afirmação nacional.

A derrota de uma conquista assim elaborada não era derrota de um time, de uma seleção; era derrota de um projeto de nação ou o rebaixamento desse projeto na linha pavloviana. Aceitar a perda do título era aceitar a derrota do projeto. É preciso, então, reelaborar a leitura da perda. Essa releitura – ainda que à custa de alguns atropelos à realidade aceita como factual pelo senso comum – para garantir sua internalização coletiva precisa guardar lastros com a realidade até então construída.

Dessa forma, não se pode desqualificar por completo um time até então imbatível. Um time cujos jogadores haviam sido já proclamados, em manchete do jornal *O Mundo* que circulou no dia do jogo, campeões do mundo; cujos jogadores tinham cedido suas imagens para os mais variados tipos de propaganda e que eram proclamados, inclusive por jornais estrangeiros, como uma máquina de jogar bola (Perdigão, 2000).

Ao distinguir memória e história, por possuírem fundamentalmente natureza diversa, é necessário perceber a memória como conjunto de relações, de acumulação de fatos e, sobretudo, como uma dialética entre lembrança e esquecimento: só é possível lembrar porque é permitido esquecer. Para David Lowenthal essa questão é central. Segundo o autor, a memória seria uma seletiva reconstrução do passado, baseada em ações subseqüentes – ou seja, não localizáveis nesse passado – em percepções e novos códigos, através dos quais se delinea, se simboliza e se classifica o mundo. A memória não preservaria o passado, mas o adaptaria, para enriquecer e manipular o presente. Essa seleção é feita pela história, que, assim, se constitui numa construção subjetiva e seletiva desse passado.

Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, o jornal retém o excepcional. E mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexos da narrativa que transpõe esses mesmos acontecimentos do lugar do comum para o do extraordinário. Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade, reproduz-se sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional.

Por outro lado, a escrita deve ser vista como elemento básico de uma construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Percebendo-a como uma seleção e como uma construção, é necessário ver os agentes, ou os senhores dessa operação, como detentores de poder.

Tornar-se senhor dos lugares, das agências da memória é, ao mesmo tempo, ser senhor da memória e do esquecimento. Eternizar um dado momento, através da escrita é, sob certo aspecto, “domesticar e selecionar a memória”. Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer, o que deve ficar em zonas de sombra e de silêncio, os jornais tornaram-se também senhores de memória. Ou ainda na metáfora da linguagem hollywoodiana, expressa pelo jornalista do filme de John Ford *O homem que matou o facínora*: “Quando a lenda se torna mais forte do que a realidade, publica-se a lenda.”

A lenda à mão mais próxima era a do goleiro que falhou. E, como diz o personagem principal de *Os imperdoáveis*: “Isso não tem nada a ver com justiça.” Barbosa, negro, 28 anos, considerado até, então, o melhor goleiro do Brasil, não era um integrante qualquer do universo do futebol nem sua carreira se restringe aos dois gols que não defendeu do Uruguai. Titular 42 vezes da seleção brasileira, abandonou o futebol em 1963, após 20 anos defendendo o gol do Vasco da Gama (*Jornal do Brasil*, 11/6/97). Nesse período, jogando pelo famoso “Expresso da Vitória” do Vasco, primeiro clube a admitir negros em suas equipes (Filho, Mário, 1964), conheceu momentos de glória e acumulou títulos importantes, como os de campeão carioca quatro vezes em cinco anos – 1946, 1947, 1949 e 1950. Participou ainda da equipe do Vasco que conquistou um dos primeiros títulos internacionais do futebol brasileiro: o de campeão sul-americano de 1948. Foi esse conjunto de feitos que levou o time de São Januário a ceder oito jogadores para a seleção.

Um candidato a bode expiatório, portanto, muito mais atraente, por exemplo, do que Bigode, o apenas esforçado lateral do Flamengo e que fora driblado por Gigghia nos dois uruguaios. Assim como certas tribos de antropófagos se recusam a comer prisioneiros que julgam fracos ou covardes, por verem nesse ritual uma forma de se revigorar com a força de inimigos poderosos, a escolha de Barbosa também era inversamente proporcional ao investimento afetivo feito nele por torcida, companheiros de time e imprensa.

O fato de que, a cada véspera de jogo contra os uruguaios, ele fosse reconectado pela mídia, mesmo passadas tantas décadas e tantos títulos do Brasil, era mais que um ritual de expiação. Era a reelaboração do passado como parte de uma afirmação do presente e de um desejo de futuro, ainda que tenham mudado muitos dos paradigmas do futebol. Como já visto, a mídia – em suas versões hoje multimídia – é elemento essencial de uma construção seletiva da memória que engendra, sobretudo, a questão do poder. Aos detentores do poder, cabe a seleção do processo de construção da memória, ainda que, também, como já assinalado, essa seja uma operação que,

necessariamente, se cruze com outros agentes sociais e tenham como indispensável guardar certa sintonia social.

Essa sintonia com a platéia ajuda a explicar porque, entre as versões que circularam entre os diversos atores sociais envolvidos no 16 de julho, a que culpa Barbosa foi a hegemônica. Ela, por exemplo, era claramente minoritária, entre os que participaram do jogo. Apenas Bigode - mais timidamente - o zagueiro esquerdo Juvenal - este com fervor - a encamparam publicamente (Perdigão). Os demais, a começar pelo treinador Flávio Costa e vários dos atletas como Augusto, Friaça e Nilton Santos (este explicitando-a em depoimento sobre o cinquentenário da derrota) apontam Juvenal como o candidato a bode expiatório.

Na luta pela conquista de espaço na mídia e na opinião pública, no entanto, essa versão se esmaece por dois motivos constitutivos. Primeiro, sua nascença tem origem em acontecimentos na região que Goffman (1995) chama de fundos. Na véspera da partida, o zagueiro, único não casado liberado para a folga por Flávio Costa, abusara da bebida e da farra na festiva noite carioca. Permitir que a platéia tivesse acesso a essa informação da região de fundo seria fortemente desestabilizadora para o grupo e, principalmente, para seu comandante.

Um segundo motivo constituído é que ele formulada num contexto tático - Juvenal, que nos dois lances chegou atrasado por fração de milésimos de segundos - seria o encarregado de fazer a cobertura de Bigode. Esse argumento, capaz de, no mínimo, polemizar entre os grupos de especialistas, é de pleno descartado, ou pelo menos, secundarizado pela mídia. Contra eles, erguem-se barreiras quase intranponíveis no habitus próprio desse meio. Sua falta de visibilidade - as escassas imagens da época são pouco definidoras da situação - e seu confinamento ao mundo dos especialistas o tornam de pouco valor ou hermético demais para uma elaboração coletiva a ser internalizada por uma nação-continente.

Obviamente, é complexo e confuso demais para dar servir de metáfora que substitua a derrota ou o adiamento do projeto nacional (NA: Não por coincidência o primeiro título mundial do Brasil, em 1958, na Suécia, se daria na era do desenvolvimentismo de Juscelino).

Descartados os candidatos menos sintetizadores da derrota, na versão da mídia, ao posto de bode expiatório também sequer se examina o conselho de Obdulio Varelo, o comandante da vitória uruguaio: "Não se podem apontar esse ou aquele jogador como culpado. Quando se vai a campo, os 11 perdem ou os 11 ganham o jogo". (Perdigão, 2000). A hipótese da derrota como responsabilidade coletiva se coadunaria na visão, por exemplo, do treinador Flávio Costa, para

quem "o brasileiro não preparado psicologicamente para derrotas, porque somos um país novo" (Perdigão, 2000). Depois de comparar a situação do Brasil com a de outros países como Inglaterra e Líbano que enfrentaram guerras externas e/ou internas, ele avaliava que dessas purgações "sairia gente mais sensata". (Perdigão, 2000).

A versão do treinador tem, para muito além de tentativas de se eximir da derrota, a marca de quem também, de alguma forma, se inseria na afirmação do projeto nacional. Ele aceitara ser candidato a deputado pelo PTB partido que levaria Getúlio Vargas à vitória naquele mesmo ano. Esse é um aspecto que não deve ser amesquinçado por sua redução a mero oportunismo eleitoral de parte a parte, mas visto como significativo que o homem talhado a ser comandante da vitória que alavancaria o projeto nacional fosse servir mais adiante como integrante das tropas varguistas que marchavam para a volta ao poder e - coincidência também significativa - apesar de ignoradas pela imprensa, que, em boa medida, desdenharia da cobertura da campanha de Getúlio.

Inserida nesse contexto, a versão de Flávio Costa deixa implícita uma transferência de responsabilidade para a torcida - aqui transformada em metáfora de povo. Essa visão guarda correspondência com certo messianismo que marcava o populismo getulismo - embora só uma visão menor daquele contexto pudesse reduzi-la a essa unidade de medida.

Todas as visões em disputa pela hegemonia, no entanto, se tocam pelo menos num ponto: a resistência a tratar da derrota como projeto coletivo. Note-se que o paradigma da exaltação individual - "A copa do Maradona", "O campeonato do Romário", a "A copa do Garrincha" - também se manifesta com igual vitalidade nas vitórias e, principalmente, conquistas de caráter épico. Na construção daquele Brasil de 50 a derrota alimentou o ceticismo e os "fracassomaníacos" e admiti-la como produto coletivo se chocava com todos os cânones da época dos diferentes projetos de nação em disputa. Barbosa acabou sendo emblemático da derrota que não pode ser esquecida para que não se repita. Sua reelaboração mais recente, como exibida durante a lembrança dos 50 anos do Maracanã e do 16 de julho, no entanto, aponta-lhe novo papel. Para muitos dos jornalistas atuais, como Juca Kfoury e João Máximo, "o Brasil não teria sido tetracampeão do mundo, se não tivesse perdido em 50". Nessa reelaboração, o que era fracasso vira aprendizado, o que era derrota, parte constitutiva das futuras vitórias. Barbosa, porém, continua como figura emblemática da derrota, ainda que esta agora seja destinada a cumprir novo papel social.

## Conclusão

Geoges Duby assinala que a escrita é um meio de controle da própria circulação das pessoas, muito antes de ser meio de literatura e religião. Outra questão a ser considerada é a característica social presente em toda e qualquer construção mneumônica. O tempo revivido pelos textos impressos se relaciona sempre a uma estrutura de natureza social, mesmo quando aparentemente fala do indivíduo.

A conceituação de M. Halbwachs, que ao elaborar a sua teoria classifica a linguagem, o tempo e o espaço como quadros sociais de memória, é valiosa para perceber esta construção como uma operação de natureza social. Halbwachs propõe o tratamento da memória como fenômeno social. Herdeiro da sociologia francesa, prolonga os estudos de Durkheim, ao mesmo tempo em que se contrapõe as teorias de Bergson. Se para Durkheim os fatos sociais são exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo, para Halbwachs o que importa não é a memória, mas os quadros sociais da memória. Na sua obra, que parte de uma polêmica com Bergson - para quem a concepção de memória pura opõe espírito, lugar da memória, à matéria, lugar da percepção - Halbwachs afirma que a memória é por natureza social. A memória individual, dessa forma, estaria sempre construída em relação ao grupo do qual faz parte, em relação ao meio social e em relação a todos que o cercam.

A linguagem, que possibilita a unificação da memória do grupo, bem como o tempo e o espaço são quadros sociais privilegiados. O sistema simbólico é a essência da memória coletiva e o espaço e o tempo são meios pelos quais se servem diferentes memórias coletivas para lembrar aquilo que está próximo ou distante.

A aproximação memória e identidade é tratada por alguns autores que, nessas análises, relacionam memória e tempo, ambos de natureza social. A memória se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social e também num tempo de natureza social. Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é um ato coletivo, que está ligado a um contexto de natureza social e a um tempo que engloba uma construção, uma noção historicamente determinada. A lembrança é a recordação de um tempo revivido.

Como vimos, na sociedade brasileira, os jornais se constituíram como um dos produtores e detentores da memória e, portanto, como um dos senhores da memória da sociedade, aumentando seu campo de atuação e, sobretudo, o seu poder. O fato de que a representação do

projeto nacional fundado no Estado tenha sido esmaecida na mídia atual, que a substituiu pelo consumo, como ícone mais visível das forças de mercado, não a exime de continuar reelaborando a memória da Copa de 50.

Afinal, a leitura do passado é decisiva para quem pretende manter no futuro a conquista do presente. Dessa forma, os mesmo legitimadores sociais que, em boa medida, já reabilitaram a seleção de 1982, de Telê, Zico, Falcão e Sócrates e que sequer chegou à semifinal da Copa da França, segue insistindo em culpabilizar Barbosa pela derrota em 1950.

A memória da derrota de 50 é processo dinâmico em constante reelaboração que caminha, embora em via que guarda suas particularidades, com a reeleitura do projeto nacional. Embora sufocada pelas forças hoje predominantes, esse é um debate longe de ser esgotado, como prova a mobilização desencadeada pela mudança do nome da Petrobras, que obrigou o presidente da República que a aprovara a voltar atrás e desautorizar a direção da empresa.

A disputa pela memória de 50 também se insere no revigorar do biográfico que busca dar conta se personalidades reconhecidas a anônimos celebrizados (Rondelli e Herschmann, 2000). Além da reedição de "Anatomia de uma derrota", uma dúzia de livro sobre Barbosa e a seleção foram lançados tendo como gancho os 50 anos do Maracanã e da derrota - associação eternizada pelo acontecimento - como "Barbosa", de Roberto Muylaert, "Dossiê 50", Geneton Moraes.

Na arquitetura temporal da civilização contemporânea assiste-se, por um lado, a um processo de aceleração do tempo, no qual o passado é fluido e o presente volátil e aberto para um futuro infinito. Esse sentido “efêmero do tempo”, que se expressa também na descartabilidade da maioria dos objetos consumidos por esta mesma civilização - objetos substituíveis no ato e na essência - multiplica-se também na construção simbólico-discursiva dos meios de comunicação. Se nem o passado, nem o futuro importam, muda também o sentido da morte que se converte na experiência mais forte da vida. O presente transforma-se no futuro que assim desacraliza-se, ao mesmo tempo em que se cria a ilusão de preservar o passado, em “lugares de memória” (Nora, 1984), signos de reconhecimento e de pertencimento de um grupo a uma sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. Na medida em que no mundo não há mais uma memória espontânea seria preciso registrar, em profusão, a própria vida presente e relembrar o passado a cada instante. A memória, por outro lado, se dá num contexto preciso, já que não é uma atitude individual, mas social e num tempo também de natureza social. Sendo o homem um sujeito histórico, recordar é um ato coletivo, que está ligado a um contexto social e a um tempo que

engloba uma construção, uma noção historicamente determinada. A lembrança é a recordação de um tempo revivido.

Nesse contexto, é perfeitamente compreensível que nunca se tenha falado tanto em memória como nos últimos anos. E ainda que dentro desse resgate, a Copa de 50 siga despertando interesse renovado de novos e veteranos pesquisadores e jornalistas. Como se sabe, as produções escritas são produtos e reelaborações, sendo num certo sentido interpretações de segunda ou de terceira natureza. Trata-se de ficções, não no sentido de falsas ou não factuais, mas de algo construído, modelado, experimentos de pensamento. O relato é sempre uma metáfora, na medida em que é produto de uma perspectiva sobre o mundo, de uma escolha. É sempre uma representação que depende das visões de mundo, do lugar no mundo, da forma de entendimento do mundo, daquele que o produz.

A construção da derrota de 50, mesmo quando se funda em relatos baseados em memórias é, por natureza, social, uma vez que foram escritos por indivíduos inscritos num grupo a partir de suas referências dentro desse grupo. Além disso, se reportam a símbolos, sinais sociais e não seriam recuperados sem as imagens do passado que ainda têm significação na memória coletiva hoje. A memória não é uma operação mecânica, e sim de natureza simbólica.

## **BIBLIOGRAFIA**

BATAILLE, Gerges. O erotismo. Lisboa, Edições Antígona, 1998.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

CALLIGARIS, Contardo. "Verdades de autobiografia e diários íntimo" ind Estudos Históricas. Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, 1998.

COELHO, Maria C. *A experiência da fama*. Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1999.

DUBY, Georges. "A memória e o que ela esquece". In: *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, 1989.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. São Paulo, Studio Nobel/Sesc, 1997.

GABLER, Neal. *Vida, o filme. Como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

HALL Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

- HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. “Isso não é um filme? Heróis e celebridades do Brasil Contemporâneo” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, maio-agosto de 2000.
- HUYSSSEN, Andreas. *Memória do Modernismo*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1989.
- MIRA, Maria Celeste. “Invasão de privacidade?” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, n. 5-6, maio-dezembro de 2000.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.
- PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma derrota*. Porto Alegre, L&PM, 2000.
- PEREIRA, Carlos Alberto M. “Que Homem é esse?” O masculino em questão” in NOLASCO, Sócrates (org.) *A desconstrução do masculino*, RJ, Rocco, 1995.
- RIBEIRO, Ana Paula e LERNER, Kátia. “Memória e identidade nos relatos (auto)biográficos” (inédito).
- RONDELLI, Elizabeth e HERSCHMANN, Micael. “A mídia e a construção do biográfico” in *Tempo Social*. São Paulo, USP, vol. 12, n 1, maio de 2000.
- RONDELLI, Elizabeth e FILIZOLLA, Anamaria. “Equilíbrio distante” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, julho-novembro de 1997.
- SOUTO, Sérgio Montero. *Os três tempos do jogo – anonimato, fama e ostracismo no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro, Graphia, 2000.
- THOMPSON, John B. *Mídia e modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- VILLAÇA, Nízia e GÓES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1998.

<sup>ix</sup> ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. 3<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. pg.07-12.

<sup>ix</sup> É claro que a notícia também deve ter atualidade, veracidade, interesse humano, curiosidade, raridade, proximidade, importância, relevância, e outros atributos ensinados nos manuais de jornalismo.

<sup>ix</sup> “Notícia inverídica publicada por órgão de imprensa, geralmente com grande alarde e sem má fé, na tentativa de *furar* os acontecimentos. Resulta de informação sem fundamento, inidônea, e posteriormente desmentida pelos fatos, causando grande desgaste e descrédito à publicação.” (RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.)

<sup>ix</sup> Essa questão é estudada no meu ensaio “*É da natureza do jornalismo viver das aparências do mundo*” onde se busca no diálogo O Sofista de Platão os fundamentos teóricos dessa afirmativa.

<sup>ix</sup> RUIZ, Nicolas (org). *El Periodismo: teoria y practica*. Barcelona: Ed. Noguer, 1953. página 25

<sup>ix</sup> A oração que expressa a batida de um carro num poste tem uma estrutura conhecida que é preenchida por informações novas. Ex. *José da Silva bateu com o carro num poste* Velha: X bateu com o carro num poste; Nova: José da Silva.

<sup>ix</sup> As informações que apresento sobre script estão baseadas no livro *Discourse Analysis* de Gillian Brown e George Yule. Ed. Cambridge University Press, 1983. páginas 241 a 245).

<sup>ix</sup> Um script de atentado a carta-bomba enviada por correio, geralmente explode e causa muitos danos a quem abre. No caso em pauta, ninguém fica ferido. É um script inesperado, mas ao mesmo tempo vai criar expectativas de atentados futuros mais perigosos e mais abrangentes.

<sup>ix</sup> Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, 445.

<sup>ix</sup> IF. 476.

<sup>ix</sup> **Autoridade** – pessoas com nacos de poder dentro da estrutura organizacional/burocrático/político/social. São os responsáveis pelos setores: policial, militar e civil; Jurídico, médico e farmacêutico; Esportivo; Sindical; Político/administrativo, entre outros. **Especialista** – sua credibilidade é fundada nos conhecimentos técnico-científico que diz possuir e tem credenciais oficiais. Nos fatos de maior complexidade eles são chamados para, em nome da ciência, dar parecer científico e tirar o fato do ambiente ambíguo e pantanoso das opiniões/versões. **Testemunha** – pessoas envolvidas com o acontecido. Conhece os envolvidos ou alguns deles; estava no momento perto do local; ouviram barulho diferente que só depois foram capazes de compreender; procuram explicações e causas. Enfim, o reino da opinião e da suposição se instala entre as ditas testemunhas. **Protagonista** – é o sujeito da ação. Quase sempre é chamado para apresentar os motivos que o levou a agir daquela forma e a descrever o próprio ato. Essa fonte, quase sempre, apresenta a racionalidade do fato. Também a ele é dado o privilégio da entrevista publicada na forma de Pergunta e Resposta.

<sup>ix</sup> Novo Manual da Redação. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1972